

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

6 Dados sobre o mercado cervejeiro do país escancaram os desafios da companhia

Para analistas, Heineken e Sistema Coca-Cola estão de olho em cervejaria

Muitos analistas apostam suas fichas numa investida da Heineken para comprar ativos do Grupo Petrópolis. Em um cenário de vendas estagnadas, seria uma alternativa viável — e rápida — para adicionar capacidade de produção e fugar novas fatias de mercado. Especialistas do banco Credit Suisse também apontam o Sistema Coca-Cola como possível interessado no negócio. Em 2021, a Coca-Cola FEMSA e a Andina, ambas engarrafadoras da Coca-Cola, compraram a marca brasileira de cervejas Therezópolis.

Reprodução/Notícias Agrícolas



Gripe aviária causaria perdas de R\$ 13 bilhões para o agronegócio

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimou o impacto da eventual chegada da gripe aviária para o agronegócio brasileiro. De acordo com o estudo, R\$ 13,5 bilhões seriam perdidos com a paralisação das exportações. Isso explica por que o Ministério da Agricultura criou recentemente uma força-tarefa para realizar a detecção precoce da doença e, assim, evitar o pior dos cenários. Lembre-se que vários casos de influenza foram encontrados em países vizinhos como Argentina, Bolívia e Uruguai.

Grupo Petrópolis entra no time das empresas em recuperação judicial

Em dificuldades financeiras há pelo menos dois anos, o Grupo Petrópolis, dono das marcas de cerveja Itaipava, Crystal, Cabaré e Petra, entrou com pedido de recuperação judicial no Rio de Janeiro. De acordo com a petição, as dívidas da empresa somam R\$ 4,2 bilhões, sendo 48% com instituições financeiras e 52% com fornecedores e terceiros. Dados oficiais sobre o mercado cervejeiro do país escancaram os desafios que a companhia vem enfrentando. Em 2020, ela vendeu 31,2 milhões de hectolitros de cerveja. No ano passado, o volume desabou (foram 24,1 milhões de hectolitros). O avanço da Ambev e da Heineken, que cresceram exatamente no período em que o Grupo Petrópolis encolheu, e das marcas produzidas por pequenos fabricantes atrapalhou as ambições do rival. O ano não tem sido fácil para grandes corporações brasileiras. Americanas, Marisa e Oi são outras gigantes que seguiram o mesmo caminho.



Reprodução/Itaipava

RAPIDINHAS

Uma parceria entre a Esalq-Usp Paracicaba, o Instituto Nacional de Telecomunicações, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações e o Centro de Agricultura Tropical Sustentável resultará em um diagnóstico do patamar de conectividade no agronegócio brasileiro. O documento deverá ser entregue ao Ministério das Comunicações até abril.

A fintech argentina Pomelo recebeu autorização do Banco Central para funcionar como instituição de pagamento no Brasil. Fundada em 2021, a empresa presta serviços como contas digitais, validação de identidade digital e cartões. No Brasil, a Pomelo fica sediada em São Paulo e tem capital social de R\$ 16 milhões.

Projeto que leva educação financeira para mulheres é premiado pela XP

A XP anunciou há alguns dias os vencedores do prêmio “Educação Financeira Transforma”, que destaca boas ações na área. Uma das premiadas, a sergipana Marina Farias, criou um projeto inovador: a “Comunidade dos Tubarões”, ambiente virtual que permite às mulheres trocar informações sobre suas vidas financeiras. Iniciativas como essa são louváveis. Segundo pesquisa do Instituto Opinión Box em parceria com a Serasa, 88% dos brasileiros enfrentaram em 2022 alguma situação de descontrole financeiro.



A materialização de um cenário com um arcabouço fiscal sólido e crível pode levar a um processo desinflacionário mais benigno

Trecho da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central

5,6%
é quanto vão subir os preços dos remédios no Brasil a partir de abril, segundo cálculos do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

TJMG / Reprodução



A plataforma de compra e aluguel de imóveis QuintoAndar foi acusada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro de cobrar em duplicidade tarifas de contratos de locação. De acordo com a denúncia, a empresa teria cobrado de inquilinos algumas taxas referentes a serviços que já são pagas pelos donos dos imóveis.

Enquanto as vendas de carros empacam, as de moto aceleram. Nesse cenário, a BMW vai investir R\$ 50 milhões na ampliação de sua unidade em Manaus. Com a medida, a montadora alemã planeja aumentar em 25% a capacidade local de produção. Além da construção de um novo prédio, os aportes contemplam o lançamento de sete modelos.

Informe Publicitário

Brasília
Ano IV - nº 609

3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

www.ciee.org.br

CEO do CIEE faz reuniões com autoridades federais em Brasília/DF em prol do jovem

No dia 14/03, o CEO do CIEE, Humberto Casagrande Neto, viajou a Brasília e participou de uma série de encontros com autoridades federais visando a retomada da tramitação do Projeto de Lei 6461, para criação do Novo Estatuto do Aprendiz.

Fizeram parte da agenda do executivo um almoço com os deputados Federais Ricardo Ayres (Republicanos) e Flávia Moraes (PDT), além de os representantes da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (FEBRAEDA), e uma reunião técnica com João Victor Motta e Ana Lúcia Alencastro, respectivamente diretor e coordenadora geral do Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego.

Também foi realizada uma audiência com Luizinho, chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Durante a conversa sobre meios de ampliar a abertura de vagas para jovens no mundo do trabalho, Casagrande entregou um convite para que o ministro Luiz Marinho possa visitar a sede do CIEE, em São Paulo, para conhecer todas as iniciativas da instituição na área da assistência social, educação, estágio e aprendizagem.

Traga a sua vaga de Estágio ou Aprendizagem para o CIEE

www.ciee.org.br | 3003-2433

https://bit.ly/3t4a0c4

TECNOLOGIA

iPhone, somente com carregador

A Apple só poderá vender os smartphones novamente quando voltar a fornecer o carregador de bateria junto com o aparelho, independentemente de modelo ou geração

» CECÍLIA SÓTER

A desembargadora Daniele Maranhão, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, atendeu ao pedido da Advocacia-Geral da União e determinou que o iPhone, telefone celular produzido pela Apple, só pode ser vendido no Brasil se o aparelho vier com o carregador de bateria, independentemente do modelo ou geração. Desde setembro do ano passado, a empresa está proibida de vender o iPhone sem carregador no Brasil. No entanto, as vendas nunca foram efetivamente suspensas.

As restrições em relação ao iPhone começaram quando o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), proibiu a venda de celulares enquanto os carregadores de bateria não fossem disponibilizados junto ao aparelho.

A fabricante iniciou, então, uma batalha judicial. Ingressou com um mandado de segurança na Justiça Federal, pedindo a suspensão do processo no âmbito do Ministério da Justiça.

A AGU, então, contestou o pedido da Apple. No TRF-1, sustentou que as determinações estão de acordo com o entendimento adotado por todos os órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, bem como do Poder Judiciário.

Freepik



Para o governo federal, carregador é item essencial do iPhone

A AGU argumentou, ainda, que a atuação irregular da Apple está sob apuração da Senacon, assim como a de outras empresas. Apenas a fabricante do iPhone, porém, não manifestou interesse em adotar medida para sanar as irregularidades apontadas. Essa postura levou a instauração do procedimento administrativo sancionatório.

A AGU explica que a medida não retirou a certificação do iPhone nem cassou o registro sem ratificação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); apenas suspendeu a venda do aparelho.

A Apple, por sua vez, mesmo com a aplicação das multas administrativas realizadas pelos Procons de São Paulo, Fortaleza, Santa Catarina e Caldas Novas (GO), e das condenações judiciais no território nacional, não tomou nenhuma medida para minimizar o dano, mantendo as vendas dos aparelhos celulares sem carregadores.

O coordenador-geral de Contorno Judicial da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça, Rodrigo Carmona, comemorou a decisão. “Ela protege o interesse dos consumidores”, resumiu.